



## A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA ARQUIVOLOGIA: atuação do arquivista e competências necessárias

Gleise Brandão<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo objetiva discutir a atuação do arquivista no contexto da mediação da informação, apontando para as competências necessárias ao seu perfil profissional. A partir da pesquisa bibliográfica e dos resultados observados em pesquisas anteriores desenvolvidas por essa autora, observa-se que a mediação da informação está presente em todo o fazer arquivístico, de forma implícita ou explícita. Assim, ela não se resume apenas a atuação no serviço de referência, mas contempla também a realização de atividades voltadas ao processamento técnico como, por exemplo, a classificação, a descrição e a avaliação. Além disso, destaca-se o papel do arquivista em ações voltadas à Educação para a informação. Diante disso, conclui-se ser necessário o desenvolvimento de um conjunto de saberes não somente para lidar com a informação, mas também para relacionar-se com o sujeito informacional nesse contexto infocomunicacional, elementos essenciais à construção de um perfil mais crítico e protagonista com vistas a uma atuação consciente na ação mediadora.

**Palavras-chave:** Mediação da informação; Perfil do Arquivista; Competências infocomunicacionais.

### *THE MEDIATION OF INFORMATION IN THE CONTEXT OF ARCHIVES: the archivist's performance and the necessary skills*

### ABSTRACT

This article aims to discuss the role of the archivist in the context of mediation of information, pointing to the necessary skills for his professional profile. From the bibliographic research and the results observed in previous research developed by this author, it is observed that the mediation of information is present in all archival work, implicitly or explicitly. Thus, it is not limited to acting in the reference service, but also includes activities aimed at technical processing, such as classification, description and evaluation. In addition, the role of the archivist in actions aimed at education for information is highlighted. In view of this, it is concluded that it is necessary to develop a set of knowledge not only to deal with information, but also to relate to the informational subject in this infocommunicational context, essential elements for the construction of a more critical and protagonist profile with a view to to a conscious action in the mediating action.

**Keywords:** Mediation of information; Archivist Profile; Infocommunication skills.

<sup>1</sup> Doutora em Ciência da Informação | UFBA | E-mail: gleise.brandao@ufba.br  
 Archeion Online, João Pessoa, v.10, n. Especial, p. 31-48, ISSN 2318-6186



## 1 INTRODUÇÃO

A relação entre a mediação da informação e a Arquivologia é uma temática ainda mais necessária no contexto infocomunicacional hodierno, uma vez que a sociedade está cada vez mais alicerçada pelo acesso e uso da informação. Nesse cenário é importante discutir o papel do arquivista, bem como o perfil e as competências necessárias para atuar na ação mediadora.

Cabe questionar como os arquivistas têm desenvolvido a ação mediadora nas instituições e se têm buscado desenvolver suas competências infocomunicacionais para aperfeiçoar a sua relação com os processos informacionais e a negociação com os sujeitos informacionais. Em pesquisa realizada em 2017, observou-se que esse profissional estava mais preocupado em facilitar o acesso às informações do que em orientar e contribuir para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes nos sujeitos, tornando-os independentes no processo de busca e uso da informação e aptos a satisfazer suas próprias necessidades (BRANDÃO, 2017).

Acredita-se que, ao mediar a informação, esse comportamento é diretamente influenciado pelo emprego das competências infocomunicacionais – saberes voltados ao uso eficaz de objetos de informação (localização, seleção e avaliação) e para interagir com as pessoas com o conhecimento necessário (estabelecer relações de confiança, operações de compreensão, diálogo, interação, etc.) (BORGES; GARCÍA-QUISMONDO, 2017) –, porque quanto mais desenvolvidas essas competências, maior o nível de consciência quanto ao papel do mediador e, portanto, mais efetiva se torna a sua atuação na ação mediadora.

Esse aspecto foi percebido a partir de pesquisas mais recentes, observou-se que os profissionais estão caminhando para uma perspectiva mais proativa e colaborativa, considerando as necessidades e o comportamento dos sujeitos informacionais e os reconhecendo como sujeitos ativos no processo de mediação da informação. Contudo, ainda são identificados resquícios de uma mediação passiva que reforçam a necessidade do desenvolvimento de competências infocomunicacionais para o desenvolvimento de um perfil mais crítico e protagonista (BRANDÃO, 2021).

Paralelo a isso, ressalta-se a atuação de grupos de pesquisa como o Grupo de



Estudos de Políticas de Informação, Comunicações e Conhecimento (Gepicc)<sup>2</sup> e o Grupo de Pesquisa em Comportamento e Competências Infocomunicacionais (InfoCom)<sup>3</sup> que vêm se debruçando na promoção de competências infocomunicacionais, a partir de projetos de pesquisa e atividades extensionistas como o projeto de extensão “Promoção de competência infocomunicacionais entre estudantes de Arquivologia e Biblioteconomia” (PCInfo), realizado em 2018 na Universidade Federal da Bahia; em 2020, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul com estudantes de Biblioteconomia e bibliotecários; e, em 2022, planeja-se a terceira edição voltada aos arquivistas e bibliotecários com parceria institucional entre as universidades. Observa-se que os grupos de pesquisa mencionados têm trabalhado continuamente visando contribuir para a construção do perfil desses profissionais, a partir de iniciativas que trazem como fundamento a mediação da informação e o seu papel social na Educação para a informação.

Tais aspectos instigaram a busca, neste trabalho, por discutir a atuação do arquivista no contexto da mediação da informação, apontando para as competências necessárias ao perfil desse profissional, por meio da pesquisa bibliográfica e dos resultados observados em pesquisas anteriores desenvolvidas por essa autora.

## **2 A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DA ARQUIVOLOGIA**

Nesse movimento de buscar contextualizar a mediação da informação ao contexto arquivístico, cabe aqui uma pergunta introdutória: O que é mediação? Existem diversos entendimentos acerca desse termo, no senso comum ela é rapidamente relacionada com a ideia de uma conciliação de determinado conflito entre partes, já na comunicação essa mediação, a grosso modo, está mais para uma intermediação da relação entre a informação e o público por meio das mídias, o que nos faz lembrar, por exemplo, a atuação do jornalista (DAVALON, 2007).

Na Ciência da Informação, o entendimento em torno da mediação da informação vai além da ideia de conciliação ou intermediação, ela é vista enquanto uma ação de interferência realizada pelo profissional da informação visando a

---

<sup>2</sup> Mais informações sobre o Gepicc estão disponíveis em [www.gepicc.ufba.br](http://www.gepicc.ufba.br).

<sup>3</sup> Mais informações sobre o Infocom estão disponíveis em <https://www.ufrgs.br/infocom>.



apropriação da informação (ALMEIDA JUNIOR, 2015, p. 25):

Mediação da informação é toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.

Essa apropriação é compreendida aqui como um processo de produção de sentidos a partir da interação do sujeito com a informação, parafraseando Chartier “[...] apropriar-se é transformar o que se recebe em algo próprio”. Isso está para além da ideia de assimilação de conteúdos. Assim, a apropriação relaciona-se à capacidade que os sujeitos possuem de relacionar-se com os objetos sem perder o que os fundamenta; à capacidade do diálogo sem perder a sua essência. O que, por sua vez, difere da assimilação, uma vez que assimilar é tornar-se igual, ao passo que apropriar-se é intercambiar significados (informação verbal)<sup>4</sup>. Mas, por que a apropriação é tão importante para o conceito da mediação da informação?

A mediação da informação não se resume à simples disponibilização de conteúdo ao usuário ou ao sujeito informacional, termo que parece se aproximar mais ao atual comportamento do sujeito que busca, se apropria, produz informação, constrói relações e não apenas a recebe. Então, para além de levar a informação ao sujeito, a ação mediadora se constitui enquanto um processo de negociação que envolve o diálogo, a crítica e a reflexão. Uma ação transformadora que pode contribuir para a emancipação dos sujeitos no contexto informacional e a construção de conhecimento (BRANDÃO, 2021).

De acordo com Gomes (2020), a mediação da informação pode alcançar uma dimensão estética, dialógica, formativa, ética e política, para tanto essa ação depende do processo dialógico e do nível de conscientização do mediador quanto ao seu próprio papel protagonista. Ao conscientizar-se de seu papel social e político, o mediador terá mais condições para pensar e planejar o ambiente em que ocorre a ação

---

<sup>4</sup> Informação obtida por Edmir Perrotti na palestra intitulada “Infoeducação: uma abordagem além do procedimental”, na *live* promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 3 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/TDyFl1hZQnk>. Acesso em: 7 dez. 2020.



mediadora, bem como o processo em si integrando o sujeito informacional a partir de uma perspectiva multireferencial e colaborativa.

Esse é um entendimento que a Ciência da informação tem da mediação da informação, mas e quanto à Arquivologia? Como a mediação da informação se relaciona ao contexto da Arquivologia e ao fazer arquivístico? Essa é outra pergunta relevante para essa discussão.

As transformações no cenário infocomunicacional influenciaram mudanças práticas e epistemológicas ocorridas no escopo da Arquivologia. Diante disso, diversas abordagens foram surgindo com o objetivo de buscar compreender o pensamento arquivístico e adaptá-lo às transformações sociais, culturais, políticas e tecnológicas da contemporaneidade, dentre elas a Arquivologia pós-custodial e a Arquivologia Integrada são as que mais interessam a essa discussão (BRANDÃO; BORGES, 2016).

As mudanças paradigmáticas no campo da Arquivologia e as novas perspectivas trazidas por essas correntes a aproximaram da mediação da informação, observa-se que o foco na custódia do documento se desloca, cada vez mais, para o acesso e uso da informação arquivística, uma vez que a informação passa a ser reconhecida também enquanto objeto da área a partir de perspectivas mais contemporâneas como a Arquivologia Pós-custodial e a Arquivologia Integrada.

A Arquivologia Pós-custodial enfatiza o caráter informacional e científico da área, defendida por Ribeiro (2011) e Silva (2010), atribui uma maior valorização à informação, o foco está mais centrado no seu acesso e uso, assim, o comportamento informacional do sujeito também passa a ser relevante na ação mediadora. Já a Arquivologia Integrada consiste em uma abordagem que estuda a informação orgânica, também chamada informação arquivística, por isso também se aproxima à mediação da informação. Acerca disso, Tognoli e Guimarães (2011, p. 27) explicam que:

[...] a partir dos anos 1980, uma nova abordagem surge no Canadá francês, com a intenção de reintegrar a disciplina, trabalhando novamente com todo o ciclo documental, dos documentos correntes até os permanentes. É a chamada Arquivística Integrada, cujos estudos estão baseados nas realidades europeia dos documentos históricos e norte-americana da gestão documental.

Como se observa, essa abordagem centraliza as fases do ciclo vital dos documentos que envolve o arquivo corrente, intermediário e permanente com o foco na informação. Assim, acaba por inserir a Arquivologia na "era da informação" e aproximá-la da Ciência da Informação. Logo, é possível traçar pontos interdisciplinares entre as duas áreas por meio dos estudos voltados à mediação da informação.

Nesse sentido, busca-se vincular a mediação da informação no contexto arquivístico à “perspectiva de que as informações arquivísticas só adquirem sentidos e significações quando apropriadas pelos usuários, o que demanda diferentes níveis de mediação.” (BRANDÃO; BORGES, 2016). Naturalmente, a Arquivologia tem especificidades que precisam ser consideradas nesse processo, aspecto que será tratado na seção posterior.

## 2.1 Atuação do arquivista na ação mediadora

A ação mediadora está diretamente relacionada à práxis do arquivista e ao seu nível de conscientização, uma vez consciente de sua responsabilidade social o profissional terá mais condições de levar a mediação ao alcance das dimensões ética, estética, dialógica, política e formativa, conforme compreendem Santos, Sousa e Gomes (2022, p. 283):

O alcance das cinco dimensões da mediação da informação nas atividades realizadas por quaisquer ambientes informacionais, entre eles, as instituições arquivísticas, depende da atuação consciente do mediador que atua nesse ambiente, como o profissional arquivista, no caso dos arquivos. Na ação mediadora, o agir consciente requer um arquivista que compreenda seu papel social e assuma, cotidianamente, o desafio de cumpri-lo, ainda que em cenários adversos, em que deve adotar uma conduta protagonista.

De acordo com Freire (1979), o processo de conscientização acontece por meio do desenvolvimento crítico na tomada de consciência. Para isso, o sujeito precisará ultrapassar a esfera espontânea da realidade e alcançar uma esfera crítica para assumir uma posição epistemológica, portanto, entende-se ser necessária a reflexão em torno da sua ação prática. Daí a necessidade de se compreender e discutir a atuação desse profissional na ação mediadora.

O primeiro ponto que precisa ser levado em conta é o objeto mediacional no contexto arquivístico, a informação arquivística. Essa pode ser entendida enquanto a “Informação gerada pelos processos administrativos e por eles estruturada de forma a permitir uma recuperação em que o contexto organizacional desses processos seja o ponto de partida” (FONSECA, 2005, p. 59). Logo, essa informação é dotada de organicidade, uma vez que possui relações intrínsecas com a entidade produtora, então é preciso considerar as relações orgânicas com as atividades e funções da pessoa física ou jurídica que a produziu.

Outro aspecto está relacionado ao perfil e ao comportamento do sujeito que acessa e usa essas informações que é bastante diferenciado, tendo em vista que os documentos da fase corrente e intermediária têm valor administrativo e, por isso, são acessados em grande parte pelos colaboradores internos, enquanto que os documentos da fase permanente por possuírem valor histórico, científico e cultural estão mais voltados ao público externo.

Portanto, estão relacionados aí aspectos também voltados ao sigilo e à privacidade das informações. Os arquivistas precisam, por exemplo, atender as prerrogativas da Lei de proteção de dados. Esse exemplo deixa evidente a necessidade de uma postura ética que preza também pelo respeito à privacidade. Embora, o acesso seja a regra e o sigilo a exceção. “Encontra-se nos serviços arquivísticos um dos principais mecanismos para a mediação da informação, aproximando o usuário ao acesso à informação.” (SILVA; LOUSADA; SILVA, 2019, p. 6).

Ressalta-se que a mediação da informação está presente em todo o fazer arquivístico, mesmo que de forma implícita. Isso significa que ela não se resume apenas a atuação do arquivista no serviço de referência<sup>5</sup> que é aquele momento do atendimento e comunicação direta entre o mediador e o sujeito visando a satisfação de uma determinada necessidade. Santos, Sousa e Gomes (2022, p. 283) compreendem que:

Esse profissional arquivista tenderá a atuar de forma mediadora, capaz de aproximar os sujeitos do arquivo – ou, mais do que isso – assumirá

---

<sup>5</sup> “Conjunto de atividades destinadas a orientar o usuário usuário quanto aos documentos documentos relativos ao tema de seu interesse, aos instrumentos de pesquisa disponíveis e às condições de acesso e de reprodução.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 153)



a missão de promover o encontro dos sujeitos com as informações que são objetos de trabalho do arquivo. Ao atuar nessa perspectiva, o arquivista pode conduzir suas práticas para além de um propósito pragmático, ao possibilitar que os usuários reconheçam sua atuação como simbólica para seu desenvolvimento cognitivo e sociocultural.

Por isso, precisa-se compreender a atuação do arquivista na ação mediadora, diferenciando-se a mediação implícita da mediação explícita.

A mediação implícita “[...] ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas sem necessariamente a presença física e imediata dos sujeitos.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 93). Nesse sentido, ao desenvolver atividades relacionadas ao processamento técnico como a organização, a classificação, a descrição, dentre outras o arquivista também está desenvolvendo mediação da informação. Isso porque embora não haja ali a presença imediata do sujeito informacional, todas essas ações vão interferir na relação/interação que o sujeito terá com a informação. Se a mediação da informação é uma ação de interferência, então, nenhuma ação do profissional é neutra parafraseando aqui Almeida Júnior (2009, 2015).

Ferreira e Almeida Júnior (2013, p. 163) relacionam a mediação implícita ao fazer arquivístico por meio das atividades realizadas no processamento técnico:

[...] embora haja uma mediação entre o veículo documento, a informação nele existente e o processamento técnico efetivado pelo arquivista, essa mediação não visa diretamente (nessa etapa) o enfoque no usuário. Trabalha-se, nesse contexto, a utilização dessa “informação-ainda-não-latente” no âmbito da identificação, seleção, classificação e processamento informacional, o que a caracteriza, portanto, como uma mediação implícita.

Nessa perspectiva, destaca-se a classificação que é uma atividade intelectual realizada pelo arquivista que, ao desenvolver o plano de classificação, analisa os documentos e atribui uma ordem hierárquica, distribuindo-os em classes e/ou grupos segundo um método determinado. Nesse sentido, esse profissional vai interferir ao atribuir uma significação ao documento a partir da sua interpretação e ao escolher como organizá-lo intelectualmente em relação ao conjunto documental.

Outra atividade que poderia ser citada é a avaliação documental, porque ela deixa aparente que a ideia de neutralidade não se aplica no contexto da mediação da

informação arquivística. Quando o arquivista examina minuciosamente o conteúdo dos documentos, registra suas principais características (intelectuais e físicas) e atribui um grau de valor, ele pode interferir na possibilidade futura de acesso ou não àquele documento e, para além disso, determinar quais documentos serão de guarda permanente ao reconhecer o seu valor histórico, cultural, científico e afins. Essa é, de fato, uma grande responsabilidade.

A descrição também relaciona-se à mediação implícita, uma vez que tem a finalidade de representação da informação e pode influenciar o processo de busca e uso por parte dos sujeitos quando, por exemplo, o arquivista define um determinado instrumento de pesquisa (guia, inventário, catálogo, etc), ou decide descrever um conjunto documental em detrimento de outro. Até mesmo a forma como as próprias informações estão descritas pode interferir na decisão do sujeito sobre consultar ou não aquele documento. Diante disso, Balbino e Chagas (2018, p. 233) consideram que:

Os instrumentos de descrição de documentos, tais como guias, inventários, catálogos, bem como conjuntos de documentos apresentados na Web, e exposições de documentos em suporte papel, promovem, no caso de arquivos permanentes, a disseminação do conhecimento, e o favorecimento de conscientização quanto à relevância da integridade dos registros documentais.

Isso nos leva à reflexão de que essa ideia de neutralidade do profissional da informação é ilusória, pois o arquivista é um sujeito e como tal possui valores, crenças, uma identidade própria e não os deixam do lado de fora ao entrar em um arquivo. No entanto, é preciso deixar claro que interferência não significa manipulação. Há uma dimensão ética da mediação que precisa ser considerada e que está envolvidas o “[...] acolhimento, a escuta, a observação e o diálogo com os envolvidos na ação, como também o direito de acesso a diversidade de ideias e o livre pensar, inibindo a censura e o tratamento desigual [...]” e as manipulações, conforme entende Gomes (2014, p. 57).

Além da mediação implícita, temos também algumas possibilidades de atuação do arquivista que estão mais relacionadas à mediação explícita, onde a presença do sujeito é requisitada e inevitável, mesmo que essa presença não seja física, já que hoje existem diversas possibilidades de acesso à distância, mídias interativas e

colaborativas disponíveis na internet (ALMEIDA JÚNIOR, 2009). Para citar duas, têm-se: o serviço de referência e as ações voltadas à Educação para a informação.

No serviço de referência, o arquivista pode buscar conhecer o comportamento informacional do sujeito, orientar o uso crítico e ético da informação e ajudá-lo a atender a sua necessidade a partir da apropriação, não restringindo a sua atuação ao ato de apenas disponibilizar um determinado documento. Nesse contexto, Silva, Lousada e Silva (2009, p. 9) alertam que:

[...] embora as legislações estabeleçam como regra o acesso, ainda necessitam de aperfeiçoamentos no sentido de permitir ao usuário/cidadão apropriar-se da informação e transformá-la em conhecimento. Este caminho, passa pelas práticas ou materialização do conceito de mediação da informação.

Quanto à Educação para a informação - “[...] conjunto de ações multidimensionais voltadas à promoção de competências para a busca, apropriação e uso crítico da informação.” (BRANDÃO, 2021, p. 24) - é possível incentivar e desenvolver ações para alfabetizar o sujeito de modo que ele possa desenvolver maior criticidade e reflexão frente à informação. Nessa perspectiva, Balbino e Chagas defendem o papel pedagógico do arquivista (2018, p. 234):

Os autores ressaltam que o arquivista é o único indivíduo que tem capacidade de explicar o documento, seu contexto, e por isso seu trabalho possui um caráter educativo e cultural, aprofundando o conhecimento dos indivíduos em sua dimensão histórica, sua identidade e o entorno social. Os arquivistas são atores culturais, guardiões da memória de sua comunidade e capazes, por sua formação científica, de serem comunicadores da riqueza dos arquivos.

Nesse aspecto, o arquivista pode atuar na formulação e implementação de políticas, programas, projetos, cursos e/ou eventos voltados à Educação para a informação. Infelizmente, a atuação do arquivista nesse sentido ainda é pouco expressiva e observa-se, por outro lado, um engajamento maior dos bibliotecários. Diante disso, na próxima seção, pretende-se discutir o perfil do arquivista para atuar como mediador e as competências necessárias.

## 2.2 Perfil e competências necessárias

Por muito tempo, o arquivista assumiu um papel de “guardador” do documento, estabelecendo uma certa relação de poder com a documentação sob sua custódia, essa postura está muito ligado ao paradigma custodial (SILVA, 2010), mas ainda é possível observá-la nos dias atuais quando, por exemplo, o profissional age de forma a dificultar o acesso à informação ou decide não compartilhar seu conhecimento em torno das fontes, ferramentas e/ou sistemas de busca. Porém, essa postura não cabe mais no século XXI, no qual a prerrogativa é o acesso e o uso da informação, embora a custódia ainda tenha o seu valor.

Fala-se, portanto, de um contexto de grande valorização da informação, que possibilita diversas ferramentas tecnológicas voltadas ao acesso, à produção e ao compartilhamento das informações, deixando ainda mais em evidência a necessidade por alfabetização para uma maior autonomia frente à informação. Isso tem impulsionado a comunidade arquivística a questionar e repensar o papel do arquivista na ação mediadora e o seu perfil para atuar como mediador.

No que diz respeito ao perfil profissional, Silva (2010) acredita que ser cada vez mais necessário que os mediadores tenham um perfil ativo, interativo e colaborativo, desenvolvendo assim um perfil múltiplo que se adapta e aproveita as inovações tecnológicas, a partir de uma lógica relacional.

Em pesquisa realizada em 2017, decorrente da dissertação de mestrado, observou-se que os arquivistas brasileiros tinham uma grande preocupação em atender a necessidade informacional dos sujeitos, porém com uma postura muito ligada ainda à disponibilização de conteúdo. Apenas 2%, de um total de 53 arquivistas, afirmou considerar o uso que sujeito faz da informação que tem acesso. Atitudes como levar os sujeitos a refletir sobre suas próprias competências (17%), orientar o uso da informação (34%), instruir sobre os aspectos legais e éticos (32%) foram os menos indicados como atividades que eram sempre realizadas por eles (BRANDÃO, 2017). Diante disso, precisa-se enfatizar a necessidade de que o arquivista desenvolva um perfil mais ativo, colaborativo e protagonista que esteja mais alinhado com as demandas desse cenário infocomunicacional.

Nesse sentido, defende-se que esse perfil plural está relacionado ao desenvolvimento de competências bem específicas. É importante esclarecer que o termo “competência” é entendido neste trabalho enquanto um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes. Busca-se explorar mais a criticidade no intuito de distanciar-se da visão instrumentalista em torno da competência na qual ela é comumente associada à mera resolução de problemas, tendo em vista que se reconhece que o sujeito competente consome, se apropria e produz informação para as suas necessidades pessoais, para o trabalho, para a vida acadêmica, para a cidadania, para viver em sociedade, interagir, se relacionar com outros e, portanto, também com vistas ao coletivo. Logo, fala-se de um sujeito social e político que se utiliza de informações para ser e estar no mundo que aprende consigo, com o outro e com o contexto em que está inserido (FREIRE, 1979, 1996).

Nesse sentido, não se trata da assimilação de uma série de comandos, conteúdos e recursos para resolver um determinado problema ou satisfazer uma necessidade. Ser competente é se perceber ou se reconhecer enquanto sujeito cognoscente que aprende continuamente, critica e reflete em torno da informação, seu impacto político e social, e do seu próprio aprendizado.

De acordo com Valentim (2000), a construção do perfil do profissional da informação requer uma formação técnica e humanista, visão que se aproxima do entendimento trazido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996), na qual o perfil profissional do sujeito que cursa o ensino superior deve contemplar conhecimentos culturais, científicos e técnicos voltados ao desenvolvimento do pensamento reflexivo. Nessa perspectiva, o Conselho Nacional de Educação (2001, p. 3) propõe diretrizes curriculares que incluem os cursos de Arquivologia e consideram que tal perfil envolve as competências apresentadas no Quadro 1.

**Quadro 1: Perfil profissional do egresso de Arquivologia**

|   |
|---|
| Capacitação para um modo especificamente filosófico de formular e propor soluções a problemas, nos diversos campos do conhecimento.   |
| Capacidade de desenvolver uma consciência crítica sobre conhecimento, razão e realidade sócio-histórico-política.   |
| Capacidade para análise, interpretação e comentário de textos teóricos, segundo os mais rigorosos procedimentos de técnica hermenêutica.                                      |
| Compreensão da importância das questões acerca do sentido e da significação da própria existência e das produções culturais.  |
| Percepção da integração necessária entre a filosofia e a produção científica, artística, bem como com o agir pessoal e político.  |
| Capacidade de relacionar o exercício da crítica filosófica com a promoção integral da cidadania e com o respeito à pessoa, dentro da tradição de defesa dos direitos humanos. |
| Capacidade de leitura e compreensão de textos filosóficos em língua estrangeira. Competência na utilização da informática.  |

**Fonte:** Adaptado das diretrizes curriculares propostas pelo MEC (2001).

Observa-se que há uma preocupação com o desenvolvimento de uma consciência crítica voltada aos aspectos filosóficos, sociais, culturais e políticos. Percebe-se que há uma aproximação com a competência em informação, uma vez que envolve a leitura, a análise, a interpretação de textos e a produção de conteúdos. A competência em comunicação também pode ser associada, especialmente, aos aspectos que envolvem o respeito ao outro.

Nesse viés, segundo Valentim (2000), o perfil do profissional da informação envolve competências relacionadas às categorias de comunicação e expressão, técnico-científicas, gerenciais, sociais e políticas. Vale ressaltar que este trabalho foca no perfil necessário ao arquivista para atuar como mediador, especialmente sob o viés da identificação das competências necessárias para lidar com os processos informacionais e comunicacionais da mediação da informação.

Assim, dentre os saberes múltiplos necessários, ressalta-se a competência para lidar criticamente com a informação, para se comunicar e relacionar-se com o outro e também saber lidar com a tecnologia e seu impacto social, político e cultural. As

competências infocomunicacionais consideram o tripé competência em informação, competência em comunicação e competências operacionais:

A noção de competências infocomunicacionais, neste trabalho, envolve saber lidar criticamente com a informação em toda a sua extensão envolvendo, assim, elementos estéticos, éticos e políticos; saber se comunicar e relacionar-se a partir do desenvolvimento de aspectos dialógicos, colaborativos e voltados à alteridade; e saber lidar com as tecnologias e seu impacto social, político e cultural, de forma transversal e relacionada às demais competências (BRANDÃO, 2021, p. 27).

Entre 2017 a 2021, ao desenvolver a tese, analisou-se as experiências em cursos de promoção de competências infocomunicacionais realizados no âmbito de dois grupos de pesquisa, Gepicc e Infocom. A partir dos relatos dos participantes, dentre eles estudantes de Arquivologia e arquivistas ressaltando que essa pesquisa envolveu também estudantes de Biblioteconomia e bibliotecários, observou-se que o desenvolvimento de competências infocomunicacionais contribuiu para uma maior preocupação com o uso crítico e ético da informação; o aperfeiçoamento de características voltados a um agir dialógico e a alteridade (BRANDÃO, 2021). Aspectos considerados indispensáveis na ação mediadora, porque o arquivista precisa lidar não somente com a informação e o documento, mas também com o sujeito informacional.

Além disso, os participantes demonstraram indícios de uma postura mais reflexiva e consciente acerca da sua atuação na ação mediadora e do seu próprio aprendizado e apresentaram preocupações com o impacto de suas ações frente ao cenário infocomunicacional. (BRANDÃO, 2021). Dessa forma, verificou-se que a experiência nos cursos de promoção de competências infocomunicacionais estimulou a construção de um perfil mais ativo, autônomo e colaborativo. Esse perfil se mostra essencial no contexto da mediação da informação, pois contribui para que o mediador se torne, cada vez mais, protagonista nesse processo e isso, conseqüentemente, o levará a uma atuação mais consciente e menos funcionalista.

A partir disso, entende-se que a competência em informação pode ajudar o mediador a lidar melhor com os processos informacionais: buscar, avaliar, se apropriar e usar a informação de forma crítica e ética. Já a competência em comunicação pode contribuir para melhorar a relação com o outro, saber se articular, dialogar com

públicos diferentes, interagir, desenvolver a alteridade para que possa compreender mais facilmente a necessidade informacional do sujeito. Além de aprender a lidar com as mídias sociais e o trabalho colaborativo. Isso dentro do ciberespaço, um contexto de interação e mídias participativas, por isso desenvolver competências operacionais também ajuda o arquivista a lidar com as tecnologias e o seu impacto nas relações.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso facilitado à informação devido à sua proliferação na internet e as ferramentas e/ou recursos disponíveis, as novas possibilidades de compartilhamento e uso da informação e as mudanças no comportamento informacional do sujeito modificaram a relação entre o sujeito, a informação e as instituições arquivísticas, bem com o próprio arquivista. Tais aspectos desafiam o profissional a rever seu papel em direção à mediação da informação, exigindo dele uma reflexão crítica acerca da sua responsabilidade social nesse contexto infocomunicacional, onde há a demanda latente por Educação para a informação.

Acredita-se que o desenvolvimento de competências infocomunicacionais pode ajudar o arquivista a desenvolver um perfil mais crítico, proativo e protagonista, estimulando-o a refletir sobre o seu papel na mediação da informação. Diante disso, é importante desenvolver e/ou aperfeiçoar um conjunto de saberes que possibilitem uma visão crítica e reflexiva perante à informação, à relação com o outro, a partir do diálogo e da interação, à tecnologia e ao próprio aprendizado. Essa tomada de consciência tende a contribuir para o desenvolvimento de uma ação mediadora voltada à apropriação e à construção do conhecimento.

Ressalta-se que os estudos voltados à discussão do papel do arquivista e à construção do seu perfil para atuar como mediador da informação podem colaborar para aproximar, cada vez mais, a mediação da informação ao contexto arquivístico e, de maneira prática, para tornar os arquivistas mais qualificados e conscientes de sua responsabilidade social na ação mediadora.

Faz-se necessário atentar-se para essa discussão no âmbito da formação acadêmica desses profissionais, com vistas à uma melhor qualificação diante de uma sociedade cada vez mais consumidora e produtora de informação. Embora seja

desejável desenvolver esse aprendizado ao longo da vida, aponta-se para a importância da promoção de competências infocomunicacionais durante a graduação, por meio de ações pedagógicas e da realização de atividades que incentivem a autonomia frente à informação e o perfil colaborativo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 2, n. 1, 2009.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo; SILVA, Rovilson (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: [https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionario\\_de\\_terminologia\\_arquivistica.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf) . Acesso em: 02 abr. 2022.

BALBINO; Gisele. CHAGAS, Cintia. O papel pedagógico do arquivista e sua inserção na difusão e mediação da informação. **Ágora**, Florianópolis, v. 28, n. 57, p. 227-238, jul./dez. 2018.

BORGES, Jussara; GARCÍA-QUISMONDO, Miguel Ángel. Competencias en información y en comunicación: desarrollo conceptual a partir de la new media literacy. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 40, n. 1, p. 35-43, 2017.

BRANDÃO, Gleise. **Competências infocomunicacionais e o arquivista: mediação para apropriação da informação**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

BRANDÃO, Gleise. **A mediação da informação e o papel do mediador: perfil e competências necessárias para uma atuação consciente**. 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

BRANDÃO, Gleise. BORGES, Jussara. Mediação da informação arquivística: o papel do arquivista pós-custodial. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA, 7., 2016, Fortaleza. **Anais eletrônicos...**Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn, João Pessoa, v. 4, n. especial, p. 118-136, out. 2016.



BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 18 jun. 2021.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Editora UNESP, 1999.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CES nº 492/2001**. Distrito Federal: Conselho Nacional de Educação, 9 jul. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2021.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma.com (Portugal)**, n. 4, p. 4-37, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/61109>. Acesso em: 9 ago. 2021.

FERREIRA, Letícia. ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo. A mediação da informação no âmbito da arquivística. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.18, n.1, p.158-167, jan./mar. 2013.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GOMES, Henriette. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014.

GOMES, Henriette. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23, out./dez. 2020.

RAMOS, Victor; SANTOS, Raquel; JESUS, Ingrid. O arquivista como mediador da informação e sua intervenção para a tomada de decisão: um estudo de caso no escritório de contabilidade Conpor. **Inf. Prof.**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 1 - 19, jul./dez. 2020.

RIBEIRO, Fernanda. O perfil profissional do arquivista na Sociedade da Informação.

2004. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8871.PDF> .  
Acesso em: 02  
fev. 2013.

RIBEIRO, Fernanda. A Arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011.

SANTOS, Raquel. SOUSA, Ana Claudia. GOMES, Henriette. As dimensões da mediação da informação no âmbito das instituições arquivísticas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 281-298, jan./mar. 2022.

SILVA, Armando. Mediações e mediadores em Ciência da Informação. **Prisma.com - Revista de Ciências e Tecnologias de Informação e Comunicação**. [s.l.], n. 9. 2010.

SILVA, José Fernando; LOUSADA, Mariana. SILVA, Junia. Mediação da informação: identificação nas legislações de regulamentação da lei de acesso à informação nos municípios da região metropolitana da Grande Vitória. **Ágora**, Florianópolis, v. 29, n. 59, p.1-12, jan./jun., 2019.

TOGNOLI, Natália. GUIMARÃES, José Augusto. A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses.  
**Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.1, p.21-44, jan./mar. 2011.